



Resposta impugnação empresa GLS Engenharia

Curitiba, 2 de setembro de 2022

A impugnante apresenta suas alegações e termina solicitando que seja acolhida sua reivindicação para alteração dos seguintes termos do edital:

1. Afastar a condição do item 14.1 do edital;
2. Adequar demais exigências para que fiquem congruentes com o pedido anterior;
3. Exigir das licitantes a apresentação de atestado técnico para fins de qualificação, que demonstre aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos;
4. Exigir dos licitantes a apresentação de atestado de execução de teste de estanqueidade em Sala Cofre.

Em análise ao pedido, a área técnica apresenta os seguintes entendimentos.

O edital do Pregão Eletrônico N° 50/2022 do TRT9 cita a exigência de preservação dos níveis de proteção adquiridos à época da aquisição, ou seja, a manutenção de todas as certificações, considerando AUDITORIA e o Procedimento de Certificação específicos do OCP acreditado pelo INMETRO, e a obrigação de utilizar peças e componentes originais homologados pelos fabricantes.

De acordo com recente pesquisa de pregões para serviços de manutenção em sala cofre com requisito de preservação das certificações ABNT, a exigência de serviços de manutenção em data center certificado por organismo certificador acreditado pelo INMETRO é recorrente nas contratações públicas e evidencia a participação de pelo menos 2 grupos distintos (Aceco TI/Green4t e Orion) para os certames encontrados.

Sabe-se que a empresa Clemar também está prestes a obter o credenciamento para atuação no mesmo nicho de mercado (Fonte: respostas aos pedidos de impugnações do Pregão Eletrônico n° 10/2022 do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região).

Além da participação de empresas distintas, cita-se que a auditoria e o procedimento de certificação do OCP acreditado pelo INMETRO não configuram direcionamento porque sendo o INMETRO uma autarquia pública federal com atribuições de metrologia e aferição de qualidade,



qualquer interessado poderia se submeter ao processo do OCP para obtenção da certificação desde que atendidos às exigências de capacidade e qualidade, torne-se distribuidor autorizado dos fabricantes e que dispusesse de recursos da empresa para tal.

O edital do TRT9 previu ainda como um dos requisitos de qualificação a apresentação de atestado de capacidade técnica para serviços críticos com prazo inferior ao comumente solicitado em certames similares. O prazo mínimo requerido é de 6 (seis) meses e normalmente pede-se 12 (doze) meses. Tal previsão visa facilitar a participação de empresas que buscaram meios legítimos para concorrer com igualdade de condições, através do investimento na certificação e autorização para fornecimento de peças originais e homologadas pelos fabricantes.

Em relação ao Pregão Eletrônico N° 03/2022 organizado pelo Ministério das Relações Exteriores, importante citar que o órgão se abdicou de exigir a preservação das certificações e características originais da sala-cofre porque não foi prevista nenhuma exigência em edital visando ao atendimento a esses requisitos.

A qualificação técnica exigiu a comprovação de execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sala-cofre certificada em conformidade com ABNT NBR 15.247, mas não determinou que os níveis de proteção, ou seja, que a manutenção das certificações fossem atestadas durante toda a vigência do contrato.

Por esse motivo a comissão de licitações não poderia ter decidido em favor de quaisquer recursos que questionassem exigência não prevista em edital.

De todo modo, menciona-se que o Pregão Eletrônico N° 03/2022 foi anulado.

Mesma situação é constatada para o Pregão Eletrônico N° 19/2021 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O órgão se abdicou de exigir o ateste da preservação dos níveis de proteção durante a realização dos serviços de manutenção porque não previu essa condição em edital e não poderia decidir o contrário na fase de recurso.

As exigências técnicas relacionadas aos Data Centers dos demais órgãos, a priori, não deve ser objeto de análise pelo Tribunal para especificação dos seus requisitos técnicos. Cada órgão tem sua realidade e elabora estudos de análise de viabilidade de acordo com suas necessidades.

Sobre as alegações da impugnante em relação a preservação da certificação, a área técnica apresenta as seguintes considerações.



O INMETRO é a autarquia federal responsável pelo emprego de técnicas de metrologia e aferição da qualidade dos produtos.

Em consulta ao sítio do INMETRO, foi possível constatar que existem atualmente dois organismos acreditados para o produto sala cofre, a saber a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e a UL do Brasil Certificações.

Para reordenar como deseja clique sobre o título das colunas indicadas com o símbolo ↕

• Tipo	• Nº	• Nome do Organismo	• Nome do Contato	• País	• UF	• Cidade	• Bairro	• Situação	• Data Situação
OCP	0005	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Sergio Pacheco	BRASIL	RJ	Rio de Janeiro	Centro	Ativo	-
OCP	0029	UL DO BRASIL CERTIFICAÇÕES	Mauricio Wahast Ávila	BRASIL	SP	São Paulo	Brooklin	Ativo	-

Figura 1 - Consulta INMETRO

A consulta está disponível no endereço: <http://www.inmetro.gov.br/organismos/consulta.asp>

A ABNT tem o procedimento de certificação específico (PE-047.xx) em que condiciona a manutenção da certificação ao controle permanente e periódico para atestar a continuidade das condições que originaram a concessão da certificação.

Referido controle é realizado mediante auditorias, avaliações das documentações e verificações dos programas de manutenções preventivas e corretivas realizados conforme especificação do fabricante.

Um exemplo de produto certificado conforme NBR 15247 pela ABNT é a sala cofre do TRT9, do fabricante Lampertz.

Verificando a marca de segurança da ABNT (figura abaixo), é possível constatar os graus de proteção do produto. Extrai-se o seguinte texto que trata da validação da marca:

*“Qualquer alteração em suas características originais por uso indevido ou desgaste natural, ou a falta de manutenção preventiva e corretiva, efetuada pelo fabricante ou seu credenciado invalida esta marca de segurança”*

Assim como a ABNT, a UL do Brasil Certificações é OCP com abrangência nacional e realiza certificação de sala cofre segundo a norma nacional NBR 15247.

A UL do Brasil Certificações também tem o programa para certificação de produtos dirigido a salas-cofre e cofres para hardware que estabelece as condições de auditoria de validação do



produto comercializado e direito de uso do selo de conformidade, prevendo os termos para a realização das manutenções.

**9.5.2 Auditoria Técnica de Validação de Produto Comercializado**

...  
...  
...

- 9.5.2.8 As manutenções preventivas e corretivas das Salas-Cofre e Cofre para Hardware certificadas e montadas no cliente deverão ser realizadas exclusivamente pelo fornecedor ou por seu representante autorizado, registradas e disponibilizadas para avaliação anual da UL do Brasil Certificações.
- 9.5.2.9 Caso seja evidenciada a execução das atividades de manutenção por empresa que não seja o fornecedor ou por seu representante autorizado, a UL do Brasil Certificações notificará o fornecedor para tomada de ações junto ao cliente e o produto perderá o direito de uso do selo de conformidade até que a não conformidade seja sanada. A retirada do Selo de conformidade do produto certificado deverá ser evidenciada a UL do Brasil Certificações e a reposição deverá ocorrer após autorização da UL do Brasil Certificações.

*Figura 2- Programa para Certificação Sala-Cofre 00-GC-P0946*

O programa para certificação da UL do Brasil foi obtido em formato RAR, na data de 10/08/2022, no seguinte endereço: <https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes/ministerio-da-justica/pregao/2020/collective-nitf-content-19/1-bd-apoio-empresarial.rar>

Um exemplo de produto certificado conforme NBR 15247 pela UL do Brasil Certificações é a sala cofre do fabricante Truckvan, modelo TKS.

Em consulta ao Google por certificados de conformidade emitidos pela UL do Brasil Certificações, foi possível obter um modelo de certificado para sala cofre do fabricante Truckvan.

A análise do conteúdo do modelo obtido permite inferir tratativa similar a ABNT pela UL do Brasil Certificações para a manutenção da certificação. Extraí-se o seguinte texto da página três (figura abaixo):

*“A validade deste Certificado está condicionada à realização das avaliações de manutenção e tratamento de possíveis não conformidades de acordo com as orientações da UL do Brasil Certificações, previstas nos procedimentos específicos”.*

Tais fatos evidenciam a preocupação dos OCPs pela garantia da continuidade dos níveis de proteção durante os serviços de manutenção, ou seja, a preservação das capacidades e características constatadas à época da aquisição.

O motivo desta preocupação é óbvio: a responsabilidade em cancelar produto que ofereça níveis de proteção contra sinistros durante toda vida útil do ativo.



A quem seria atribuída a responsabilidade caso ocorra um sinistro em que o produto certificado pelo OCP não tenha resistido aos incidentes para os quais fora construído e testado?

Certamente uma empresa que presta serviços de manutenção e tenha utilizado produtos não originais ou não homologados pelo fabricante ou ainda não tenha utilizado mão de obra qualificada, não assumiria responsabilidade pela má qualidade dos serviços e comprometimento dos níveis de proteção dos ativos do Tribunal.

O órgão que, para atender aos requisitos do negócio, adquiriu uma solução construída e testada segundo a norma nacional (NBR 15247), com certificação por OCP de abrangência nacional (ABNT ou UL do Brasil Certificações) acreditado por autarquia federal (INMETRO), não poderia invocar a responsabilidade pela preservação das características construtivas, das condições técnicas e dos níveis de proteção, já que não tem competência e atribuições para tal, restando seguir as recomendações do fabricante e OCP.

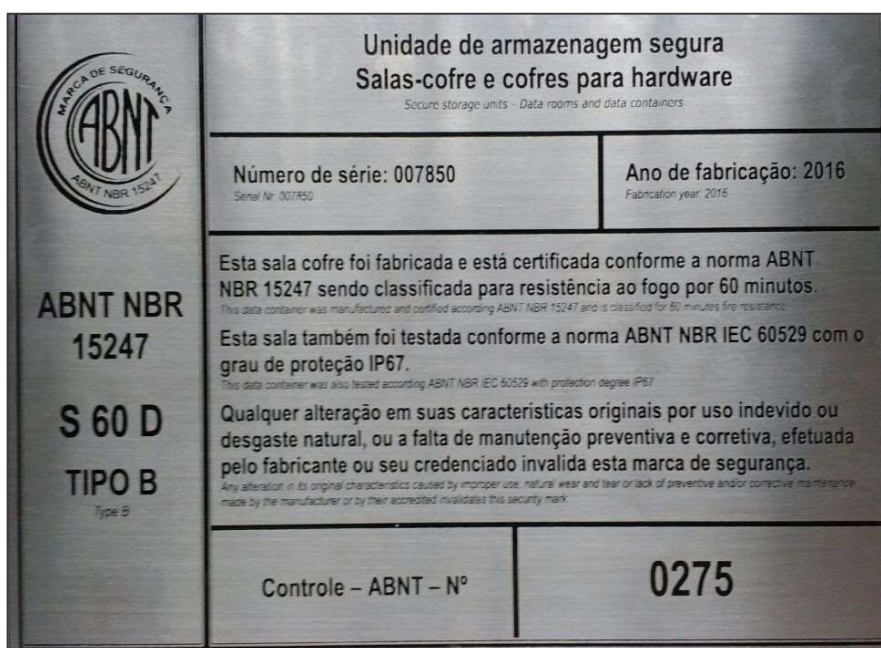


Figura 3 – Marca de Segurança ABNT



<b>CERTIFICADO DE CONFORMIDADE</b> CERTIFICATE OF CONFORMITY		
<b>Unidade de Armazenagem Segura</b> Secure Storage Unit		
<b>Certificado / Certificate: UL-BR 20.0632</b>		
<b>Emissão / Issue</b> 24 de abril de 2020 April 24, 2020	<b>Revisão / Review: 01</b>	<b>Validade / Expiration</b> 23 de abril de 2023 April 23, 2023
<b>Observações / Observations:</b>		
<p>1. A validade deste Certificado está condicionada à realização das avaliações de manutenção e tratamento de possíveis não conformidades de acordo com as orientações da UL do Brasil Certificações, previstas nos procedimentos específicos. <i>The validity of this certificate is conditioned to the performance of the surveillance evaluations and non-conformity treatments, according to UL do Brasil Certificações guidelines in the specific procedures.</i></p> <p>2. Este certificado aplica-se aos equipamentos (produtos) idênticos ao protótipo avaliado e certificado, manufaturados na unidade fabril mencionada acima. <i>This certificate applies to the equipment (products) that are identical to the prototype evaluated and certified, manufactured at the production site mentioned in this certificate.</i></p> <p>3. Qualquer alteração no produto, incluindo a marcação, invalidará o presente certificado, salvo se o solicitante informar por escrito à UL do Brasil Certificações sobre esta modificação, a qual procederá à avaliação e decidirá quanto à continuidade da validade do certificado. <i>Any change in the product, including marking, will invalidate this certificate, unless the applicant informs UL do Brasil Certificações in writing of this modification, which will proceed with the evaluation and decide on the continuity of the validity of the certificate.</i></p>		

Figura 4 – Certificado UL do Brasil Certificações

O modelo de certificado foi obtido em formato PDF, na data de 10/08/2022, no seguinte endereço: <https://truckvan.com.br/wp-content/uploads/2020/06/5.-Certificado-UL-NBR-15247-Sala-Cofre-2020-Rev-01-1.pdf>

Ainda sobre a preservação da certificação durante os serviços de manutenção, a área técnica entende que garantia que a sala cofre permanece com os mesmos níveis de proteção constatados à época da aquisição só pode ser atestada mediante auditoria periódica realizada por órgão independente e não através de afirmação da própria empresa que presta o serviço de manutenção.

Por óbvio, a própria empresa não irá admitir ou afirmar que presta um serviço de má qualidade que possa comprometer a segurança dos ativos do Tribunal, seja por má conduta, imperícia, omissão ou ausência de conhecimento acerca da capacidade técnica ou da responsabilidade dos seus técnicos.

Também não é possível assegurar a preservação de todos os níveis de proteção considerando **somente** a realização, por parte da própria empresa contratada, do teste de estanqueidade do produto. O teste de estanqueidade visa a verificação da resistência do ambiente a uma categoria de riscos e não a todas as proteções obtidas com a aquisição de produto certificado. É necessário asseverar, por meio de auditoria independente, que a empresa utilizou componentes e peças de reposição originais e homologadas pelo fabricante, e que todas as placas de substituição,



blindagens, vedações, porta, etc. atendam aos requisitos construtivos e ofereçam as resistências para as quais tenham sido testadas em caso de sinistro.

A aquisição de produto certificado foi condição para atender ao negócio do Tribunal, requisito que ainda existe já que permanecem as mesmas condições verificadas no passado quanto aos riscos de utilização do prédio multiuso, local de instalação do data center suscetível a incêndios e inundações.

A sala cofre do TRT9 passa por um processo de auditoria anual, realizada por órgão certificador acreditado pelo INMETRO, no caso a ABNT, prevista na manutenção periódica e que garante que o ambiente permanece com os mesmos níveis de proteção (portanto permanece com as certificações) e que os serviços foram executados utilizando peças e componentes originais, homologados pelo fabricante, com as mesmas capacidades, qualidades e características à época do investimento em produto certificado.

Caso a auditoria anual indique que o ambiente não possui os mesmos níveis de proteção obtidos com a aquisição, ou seja, indique perda dos níveis de proteções, a contratada ficará responsável em implementar as ações visando corrigir os problemas apontados pelo órgão certificador independente, sujeitando-se inclusive às sanções de mora e/ou compensatória caso seja constatada demora na resolução ou o aumento do risco a que ficam expostos os ativos de TIC do Tribunal.

Sobre as alegações da impugnante que os serviços para a célula são simples e sem interferência estrutural, a área técnica esclarece que estão previstas atividades de abertura das blindagens, além da possibilidade de correções nas estruturas de vedação ou na rede frigorígena.

Esses serviços interferem na estrutura da sala e têm grande probabilidade de afetar os níveis de proteção obtidos com a certificação. Sem o fornecimento de peças originais homologadas pelos fabricantes, não há garantia de preservação das condições de proteção verificadas à época da aquisição, em prazo considerado adequado a criticidade do ambiente.

Por fim, sobre a diferença de custo relatada pela impugnante percebida no Pregão Eletrônico N° 13/2017 do Ministério da Saúde do Rio de Janeiro, a área técnica esclarece que os valores máximos aceitos para o Pregão Eletrônico N° 50/2022 do TRT9 foram estipulados atendendo à legislação vigente, com a estimativa obtida através da média dos valores obtidos em pregões e propostas recebidas, inclusive desconsiderando valor de proposta tido como discrepante para a pesquisa.

Assim, considerando os requisitos técnicos envolvidos na presente; as justificativas técnicas que embasam a documentação de referência; a necessidade de garantir-se a integridade da solução,



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

dos equipamentos que a integram e as informações armazenadas na mesma; a essencialidade do serviço em fase de contratação para o funcionamento deste Tribunal; a proximidade do encerramento da vigência do contrato de manutenção então em vigor; os riscos decorrentes da descontinuidade dos serviços com real possibilidade de prejuízos à gestão e à jurisdição; e, principalmente, a conformidade das exigências editalícias, sugerimos a improcedência da impugnação apresentada pela GLS Engenharia e Consultoria Ltda.

Atenciosamente,

**Hugo Signoretti Netto**

Integrante técnico da equipe de planejamento da contratação

**Alexandre Tetsuo Yamauchi**

Coordenador de Infraestrutura

**Ciente:**

**Daniel Vicente Thomaz**

Diretor da Secretaria de Informática e Sistemas Judiciários